

SEXUALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS DO ESTADO, UMA ABORDAGEM FOUCAULTIANA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Stephany Dayana Pereira Mencato

RESUMO

A ruptura com as teorias estadocêntricas não é novidade no estudo contemporâneo das Relações Internacionais. Este artigo destaca uma perspectiva Foucaultiana deste debate e analisa a sexualidade como ponto chave para compreensão dos dispositivos microfísicos de poder. A partir de uma pesquisa bibliográfica exploram-se os conceitos de poder produtivo, biopolítica, população, dispositivos de segurança, Estado e governamentalidade em Michel Foucault encaminhando-se para uma análise do dispositivo de sexualidade e finalizando-se com a observação de diferentes ações governamentais realizadas internacionalmente. O objetivo é compreender como a sexualidade será um dos principais focos de estratégias de desenvolvimento estatal em uma realidade biopolítica de governamentalidade da população.

Introdução

Pretende o presente artigo percorrer o campo da sexualidade de modo amplo, objeto que se constitui historicamente como um problema econômico e político da população e alvo de diversas estratégias de governamentalidade em um cenário internacional. Divide-se o trabalho em duas partes principais: uma primeira conceitual, busca compreender o debate que se dá no campo das Relações Internacionais acerca dos Estados, expor o grande campo onde se situará a ruptura com a ideia de um poder unicamente repressor da sexualidade e os dispositivos e mecânicas microfísicas que permitirão intervenções nas variáveis naturais da população público/espécie; a seguir busca-se vincular a atuação Estatal enquanto conjunto de práticas que se consolidam em um cenário de concorrência internacional a um dispositivo de sexualidade, apresentando-se exemplos de intervenções e ações econômicas, políticas, sociais sobre o sexo e o exercício da sexualidade a fim de se ampliarem as forças dos Estados.

Michel Foucault, em sua obra *Segurança, Território e População*, bem como em *Microfísica do Poder*, afirma que não se pode falar de um Estado-coisa, desenvolvido a partir de si mesmo, impondo-se por uma mecânica espontânea. Para o autor, o Estado é uma prática, um conjunto de estratégias que

possibilitaram a ele se tornar uma maneira de governar, agir e se relacionar com o governo, dentro de uma realidade internacional de concorrência.

Tais práticas surgem a partir de uma mutação no pensamento político moderno, que se consolida em uma realidade específica, permeada por processos históricos precisos e identificáveis: a descoberta das Américas, a constituição dos impérios coloniais, o desaparecimento do Império, o enfraquecimento das funções universalistas da Igreja e a Paz de Vestfália. É ao final da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) que de modo claro desaparecem tanto o sonho imperial como o do universalismo soberano e eclesiástico, deixando frente a frente certo número de Estados, que podiam todos, simultaneamente, aspirar à afirmação de si mesmos e à autofinalidade de sua política própria. Estes Estados se consolidarão com o Tratado de Vestfália, responsável por firmar ideias absolutamente novas de um equilíbrio entre os diferentes territórios que constituirão a Europa. Os diplomatas encarregados de firmar os termos do tratado de Vestfália buscam então uma correspondência de forças entre diferentes Estado soberanos e autônomos a fim de evitar uma nova grande guerra.

A balança europeia surge então e se caracteriza pela impossibilidade de o Estado mais forte ditar sua lei a qualquer outro Estado europeu; a constituição de um limitado número de Estados mais fortes, que impediriam quaisquer outros, ou um ao outro, de tomar a dianteira tornando-se inatingível aos demais e possibilitar que a união de vários países, pequenas potências europeias, fosse capaz de contrabalançar a força da potência superior que porventura ameaçasse qualquer deles. Assim, a Europa, essa unidade que já não tem a vocação universalista cristã para cobrir o mundo, mas uma divisão geográfica limitada, excludente, que não instala qualquer hierarquia entre os diferentes Estados que a compõem e é fundamentalmente plural, se forma enquanto uma multiplicidade sem unidade de Estados, que terá com o resto do mundo uma relação de utilização, colonização e dominação.

A partir de uma genealogia da história da razão governamental, Foucault rompe com a compreensão do Estado como uma realidade transcendente, objeto de paixões teóricas, monstro frio frente aos indivíduos, supervalorizado ou mesmo reduzido a um determinado número de funções, como a reprodução das relações de produção, afastando o conceito de Estado como de suma importância.

Tal desconstrução se mostra fundamental, pois o presente artigo trabalhará a partir da análise de relações microfísicas de poder como por Foucault descritas, centrando-se na governamentalidade da população na constituição do dispositivo de sexualidade, considerando a sexualidade como principal problema econômico e político da população.

O texto está organizado em 3 (três) partes principais, sendo que a primeira aborda a temática do estadocentrismo no debate próprio das Relações Internacionais, afim de se perceber a centralidade clássica atribuída à figura do Estado na disciplina, o que contemporaneamente já se rompe. A segunda parte buscará definir as noções de biopoder e população na prática governamental na obra de Michel

Foucault, e assim subdivide-se em três subtópicos, ao passo que se constroem estas definições a partir do poder produtivo, frente uma noção clássica do poder enquanto repressão; passando-se ao biopoder propriamente dito, enquanto poder disciplinar do corpo individual e biopolítico da população; sendo ao final explicitada a população compreendida agora como espécie humana em suas características biológicas e enquanto público, estatisticamente quantificada e qualificada em seus desejos, pensamentos e elementos constitutivos.

Por fim, em sua terceira e última parte o artigo apresenta o dispositivo de sexualidade, caracterizando-o enquanto mecanismo de incremento das forças dos países, e como será possível perceber a constituição deste em um debate referencial com as Relações Internacionais. Busca-se um debate que se forma a partir da sexualidade enquanto dispositivo de segurança, problema econômico e político da população, alvo de intervenções em um cenário internacional de biopoder, governamentalidade e concorrência estatal, concluindo-se que somente o estudo da sexualidade como eixo transversal dentro das Relações Internacionais permite a compreensão do corpo individual como alvo de diversos mecanismos de poder, com interesses econômicos e políticos específicos, e por isso mesmo espaço de produção de múltiplas resistências.

Estadocentrismo nas relações internacionais

A afirmação de Foucault de que o Estado é supervalorizado, ao passo que exerce fascínio nos teóricos de pensamento clássico, não é novidade nos pensamentos teóricos contemporâneos das Relações Internacionais.

Historicamente, as RI consolidam-se em 1917, na universidade escocesa de Aberystwyth, logo após a 1ª Guerra Mundial, e tem como objetivo inicial estudos em torno de questão da guerra, com o fim de livrar a humanidade de suas nocivas consequências e evitar um novo conflito entre os Estados, de iguais proporções. Em sua gênese é, portanto, estadocêntrica e a abordagem voltada a evitar a guerra foi denominada idealista. Próximo ao estopim da 2ª Guerra Mundial, em 1939, Edward Carr lança o título *Vinte Anos de Crise*, e instaura a crítica ao chamado idealismo inicial, pondo a imperiosa necessidade de se estudar como o mundo realmente funciona, quais os meios à disposição dos Estados para assegurarem sua sobrevivência no cenário internacional. Define-se a partir de então a visão realista e institui-se o nomeado primeiro grande debate das RI, entre os pensadores idealistas e realistas. Nesta esteira, surge a obra marcante de Hans Morgenthau, em 1948, *A política entre as nações*, com as bases da Teoria Realista.

O segundo grande debate apreça com a Guerra Fria, quando se institui a crítica ao Realismo Clássico por meio do Realismo Cientificista. Este debate, também estadocêntrico, busca não ampliar o

sobre o que se estudar, mas antes o como se estudar, com o cientificismo defendendo maior rigor nos métodos e conceitos em estudo nas RI, além de maior rigor científico e metodológico na disciplina.

Ao final da década de 1960, início da década de 1970 ocorre uma série de evoluções da política internacional com, por exemplo, a confirmação da União Soviética como superpotência e o surgimento de novos Estados após o processo de descolonizações. Ocorre também uma evolução da própria disciplina, com o surgimento de novos atores no cenário internacional agora não-estatais, passando-se ao rompimento com a ideia estadocêntrica inicial. O debate agora inclui empresas multinacionais e organizações internacionais governamentais e não-governamentais. Um marco neste debate é a teoria de Joseph Nye e Robert O. Keohane, de 1977, na obra *Poder e interdependência: política mundial em transição*, bem como a obra marco da resposta realista, *Teoria da Política Internacional*, de Kenneth Waltz.

Nesse sentido, a discussão do papel da teoria crítica na reformulação da teoria de RI recebe atenção, uma vez que nos ajuda a questionar o estadocentrismo dos enfoques tradicionais, chamando a atenção para forças sociais cada vez mais presentes no cenário mundial.

é cada vez mais difícil excluir dos estudos internacionais questões como a natureza contestada da soberania, a marginalização das mulheres, a negação dos direitos dos refugiados, a redefinição das identidades culturais em chave étnica, entre tantos outros novos temas surgidos a partir do movimento intelectual gerado pelas correntes críticas e pós-positivistas. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.13).

Ainda que no estudo das Relações Internacionais, as teorias estadocêntricas realistas predominem entre analistas e tomadores de decisões, como expõem os autores, não se pode mais fugir da imperiosa necessidade de conversação com outras disciplinas, percebendo-se a relevância da atuação de atores individuais no cenário internacional. É neste contexto que se encontra a discussão proposta neste texto, englobando o debate específico do poder produtivo e da sexualidade ao debate dos Estados concorrenciais no cenário internacional.

Biopoder e a população na prática governamental em Foucault

É necessário um exercício de compreensão teórico para se pensar o Estado a partir de Michel Foucault, bem como a dinâmica que irá permitir ao dispositivo de sexualidade influenciar a sexualidade da população e dos indivíduos. Compreender que para o autor Poder se exerce, não é algo que se possui, mas sim surge no cotidiano microfísico das relações interpessoais.

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a ideia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado. (...) o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações (...). (FOUCAULT, 2011, p.248)

Poder como abordado aqui, observa Castro (2016, p. 410), surge das análises que permitiram a Michel Foucault elaborar seus próprios instrumentos conceituais de análise do poder, dialogando particularmente com Hobbes e seu conceito de poder em termos de soberania/opressão, com Marx e Freud e a compreensão de poder em termos de repressão, opondo a esses, o que irá chamar de hipótese Nietzsche, o poder como luta/enfrentamento. O que se faz é se opor uma visão clássica descendente a uma visão ascendente, que observará o poder a partir de suas extremidades, de baixo¹.

PODER PRODUTIVO

Para Foucault, é preciso desvencilhar-se do modelo do Leviatã, desse modelo de um homem artificial, a um só tempo autômato, fabricado e unitário igualmente, que envolveria todos os indivíduos reais, e cujo corpo seriam os cidadãos, mas cuja alma seria a soberania. Explica como o velho sistema de análise do poder, encontrado nos filósofos do século XVIII, o trata como direito original, cedível, constituinte da soberania, tendo como matriz do poder político o contrato. Seria assim intrínseco ao poder o risco de tornar-se opressão ao ir além dos próprios termos do contrato, um abuso, seria esse o poder-contrato, ou o esquema contrato-opressão, a hipótese jurídica encontrada em Hobbes.

Por outro lado, outro sistema, de Marx e Freud, tenta analisar o poder político em um esquema guerra-repressão, onde a repressão não seria um abuso do poder, mas o efeito, o prosseguimento de uma relação de dominação, onde a oposição se dá na luta e submissão, opondo-se ambos os sistemas conforme tabela a seguir:

¹ Em argumentos posteriores demonstraremos uma nova variedade de conceituação do poder por parte de Foucault: o exercício do poder como governo.

Hobbes: soberania-opressão	Marx e Freud: sistema guerra-repressão
O problema central, em torno do qual se organiza, é a legitimidade do poder, a soberania legítima, que se exercida em abuso tornar-se-á opressão.	O poder como efeito/prosseguimento de uma relação de dominação, em uma sociedade de pseudopaz solapada pela guerra continuada e pela dominação de uma classe/grupo.
O discurso e a técnica tomam como função dissolver, ocultar o domínio, fazendo aparecer em seu lugar: 1) os direitos legítimos da soberania; 2) a obrigação legal da obediência.	Poder tendo como função a repressão, agindo por meio da censura, da exclusão, do impedimento, à maneira de um grande super-ego, exercido de modo negativo. Nega a realidade do corpo em proveito da alma, da consciência, do ideal.
Articula-se em torno do poder como direito original que se cede, constitutivo da soberania, e tendo o contrato como matriz do poder político.	Fenômeno de dominação maciço e homogêneo – dominação de um indivíduo/classe sobre outros (as), onde alguns têm e detêm o poder exclusivamente, e outros não o têm sendo então submetidos a ele.

Foucault se utiliza das genealogias da história do direito penal; do poder psiquiátrico e do controle da sexualidade infantil, para demonstrar que apesar do grande fantasma da ideia de um corpo social constituído pela universalidade das vontades, esses dois sistemas se mostram insuficientes para compreensão do poder, segundo o autor “não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio indivíduo” (FOUCAULT, 2011, p. 146). Trata-se de pensar o poder a partir das técnicas e táticas de dominação, entendendo que se este é forte o é por seus efeitos positivos de fabricação e produção de individualidade.

De outro modo, “O poder consiste em termos gerais, em conduzir condutas e dispor de suas probabilidades as induzindo, afastando, facilitando, dificultando, limitando, as impedindo”² (CASTRO, 2016, p. 412), e funciona, pois:

O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles (FOUCAULT, 2010, p. 25).

Indo além, compreende-se o poder não mais como luta, na ordem do enfrentamento ou comprometimento de um frente ao outro, mas, “ao lado deste modo de ação singular, nem guerreiro, nem jurídico, que é o governo” (CASTRO, 2016, p. 412). Assim o faz Foucault, pois compreende que como um de seus efeitos primeiros “O poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo” (FOUCAULT, 2011, p. 146), nos gestos, discursos desejos, na compreensão, identificação e

² Traduzido livremente pela Autora, todas as referências estrangeiras constantes ao artigo seguirão este padrão.

constituição do sujeito como indivíduo, pois, “o indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 2010, p. 26).

O poder produtivo, que em última escala produz o indivíduo enquanto é por ele constituído, pode ser pensado a partir da análise histórica de mecanismos de controle capazes de agir na exclusão da loucura, no direcionamento à sexualidade, não de cima para baixo, a partir de mecanismos prontos e soberanos, mas partindo de baixo: da família, dos médicos, dos escalões mais baixos da polícia, não de uma burguesia em geral e homogênea, mas de agentes reais. Esses mecanismos de poder, em um momento e conjuntura precisos, passaram por certo número de transformações e começaram a se tornar economicamente lucrativos e politicamente úteis. É esta micromecânica do poder, que constitui o interesse da burguesia.

A partir dos séculos XVII e XVIII será possível o surgimento ou a invenção de uma nova mecânica do poder capaz de incidir sobre os corpos e suas ações permitindo extrair assim seu tempo e trabalho mais do que bens e riquezas. Essa microfísica do poder exercida por vigilância, de modo contínuo, pressupondo um emaranhado de coerções materiais e relações, opera no sentido de “ao mesmo tempo fazer que cresçam as forças sujeitadas e a força e a eficácia daquilo que as sujeita” (FOUCAULT, 2010, p. 31), é isso o poder produtivo.

BIOPODER: DA DISCIPLINA À BIOPOLÍTICA

Pode-se dizer que em Foucault “o poder mais do que reprimir produz realidade, e mais do que ideologizar, mais que abstrair ou ocultar, produz verdade” (DELEUZE, 1986, p. 55). Não se pode minimizar o estudo do funcionamento do poder meramente ao funcionamento do Estado/governo/administração.

O biopoder, dentro de tal discussão, não é um conceito aplicável exclusivamente nesta esfera institucionalizada. Antes, é o funcionamento entrelaçado de saber e poder que se formará a partir da disciplina e da biopolítica, que são tecnologias do poder que se explicitam a partir do quadro a seguir:

Disciplina – tecnologia disciplinar	Biopolítica
Surge entre o século XVII e final do sec XVIII;	Surge na segunda metade do século XVIII - Não exclui a disciplina, mas a integra/modifica e a partir dela se implanta;
Técnicas de poder que convergem da multiplicidade dos homens para atingir o corpo individual, o homem-corpo;	Técnicas de poder centradas na vida, no homem-espécie; partem do corpo individual para se dirigir à multiplicidade dos homens;
Procedimentos pelos quais se assegura a distribuição espacial dos corpos individuais: sua separação, alinhamento, colocação em série, em vigilância;	Dirige-se a uma massa global, afetada por conjuntos próprios da vida como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc.;
Técnicas que se incumbem dos corpos, tentam aumentar sua força útil através do exercício, do treinamento, etc., é assim individualizante;	Técnicas massificastes e regulamentadoras, agem a partir de taxas e índices de reprodução, fecundidade, longevidade, etc.;
Técnicas de racionalização, de economia estrita de um poder que devia se exercer do modo menos oneroso, por meio de um sistema de vigilância, hierarquias, inspeções, escriturações, relatórios.	A partir do mapeamento dos fenômenos globais da população, tomará problemas econômicos/políticos e estabelecerá esquemas de intervenção, controle, condução.

Compreende-se então que, em Foucault, a disciplina será uma forma de exercício do poder que distribui os indivíduos em um determinado espaço, exercendo seu controle sobre os procedimentos, implicando tanto em uma vigilância constante como em um registro permanente de dados sobre o indivíduo. Por meio de um conjunto de técnicas, o poder individualiza o sujeito, por meio do exame contínuo, da vigilância permanente e classificadora. Assim a disciplina será a tecnologia capaz de criar os indivíduos dóceis e produtivos.

Por outro lado, a biopolítica se tornou a tecnologia política das populações, ao considerar apenas fenômenos coletivos, de longa duração, que isolados dificilmente fariam sentido, como taxas de nascimento, desejos, enfermidades endêmicas, higiene pública, etc., valendo-se de mecanismos de previsão, estatísticas, para estabelecer medidas globais, tendo como objetivo o equilíbrio da população, sua harmonia e regulação.

É assim, por conta da disciplina dos séculos XVII e XVIII, e da biopolítica do final do século XVIII, que se forma um dos fenômenos fundamentais do século XIX: “o que se poderia denominar a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo” (FOUCAULT, 2010, p. 201). Considerando indivíduo e espécie, este poder se incumbe tanto do corpo quanto da vida, de modo geral e amplo, com o polo do corpo e o polo da população: o Biopoder.

Como exemplo do alcance desta tecnologia de poder, Foucault considera a sexualidade, ao se questionar por que, no século XIX, a sexualidade se tornou um campo cuja importância estratégica foi capital. E o foi enquanto comportamento exatamente corporal, dependente de um controle disciplinar, individualizante, vigilante e permanente – como os famosos controles da masturbação das crianças, exercidos desde o final do século XVIII até o século XX seja no seio familiar, na escola, etc.

Ao mesmo tempo, “por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo, mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população” (FOUCAULT, 2010, p. 212), constitui-se a sexualidade como o ponto de encontro, a encruzilhada do corpo e da população, do homem-corpo e do homem-espécie, dependente da disciplina tanto quanto da regulamentação biopolítica, o problema econômico e político da população.

POPULAÇÃO E A PRÁTICA GOVERNAMENTAL

A prática política mercantilista é quem vai compreender a população como princípio de riqueza/força produtiva, mas ainda como um amontoado de súditos que poderão ter impostos, de cima para baixo, de modo inteiramente autoritário, uma série de regulamentações e decretos que irão regê-los.

Michel Foucault aponta uma mudança radical nesta forma de pensamento com a emergência do pensamento fisiocrata e de economistas do século XVIII, onde a população passa a ser considerada como:

um conjunto de processos que é preciso administrar no que têm de natural e a partir do que têm de natural [...] não é a simples soma dos indivíduos que habitam um território [...] não é um dado primeiro, ela está na dependência de toda uma série de variáveis. A população varia com o clima. Varia com o entorno material. Varia com a intensidade do comércio e da atividade de circulação das riquezas. Varia, é claro, de acordo com as leis a que é submetida [...] com os hábitos das pessoas: por exemplo, a maneira como se dá o dote das filhas (FOUCAULT, 2008, p. 92).

Esta perspectiva que se forma retira da população essa noção de servilidade, amontoado polimorfo sobre o qual se vai exercer a ação soberana. Passa-se a considera-la a partir de toda uma série de variáveis, inconstantes que a tornarão opaca a ação direta do soberano, fazendo com que a relação população-soberano vá além da simples obediência servil ou revolta. O que se percebe é esta população enquanto fenômeno de natureza imutável por simples decreto, mas ainda assim portadora de uma natureza penetrável, formada por um conjunto de elementos, no interior do qual poderá se notar constantes e regularidades até nos acidentes que poderão ser percebidos por meio de cálculos, análises estatísticas e reflexões, se dará a

Assunção da população em sua naturalidade – vai ser o desenvolvimento de certo número, se não de ciências, pelo menos de práticas, de tipos de intervenção, que vão se desenvolver na segunda metade do século XVIII. Vai ser, por exemplo, a medicina social, enfim o que era chamado nessa época de higiene pública, vão ser os problemas da demografia, enfim tudo o que vai fazer surgir uma nova função do Estado, de assunção da população em sua própria naturalidade. (FOUCAULT, 2008, p. 473)

Esta será agora a base de toda a riqueza e poderio do Estado, e tal somente ocorrerá ao passo que esta população passa a ser ajustada por todo um aparato estatal regulamentar, o que impedirá a emigração, atrairá imigrantes, beneficiará a natalidade ou a restringirá, definirá quais produções são úteis e exportáveis, ou não, quais objetos serão produzidos, e quais meios poderão produzi-los, bem como salários a serem pagos.

Constituindo-se como correlato das técnicas de poder a população, compreendida agora por um lado enquanto espécie humana, do arraigamento biológico, genético, e de outro como público, a partir de seus pontos de vista opiniões, maneiras de fazer, comportamentos, hábitos, temores, preconceitos, exigências. Com este conceito de população homem-espécie/público biopolítico se fará a junção entre o biológico e o subjetivo, passando-se a governamentalidade, usando mecanismos de poder inteiramente novos.

A governamentalidade se dará por meio de mecanismos de poder, dispositivos, que intervêm muito além do campo discursivo, englobando as próprias instituições, de modo a formar uma rede em torno do indivíduo e conduzir a população em sua natureza própria e seus desejos.

Através deste termo [dispositivo] tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. (...) entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (FOUCAULT, 20011, p. 244)

Os dispositivos inscritos sempre em um jogo microfísico de poder, ligados a configurações de saber de modo interdependente, que os criando, por eles são criados, estabelecendo-se como estratégias nas relações de forças, sustentando tipos de saber, sendo por elas sustentadas. E neste contexto a sexualidade se estabelece como um objeto, um instrumento que se constituiu em um dispositivo de

sujeição milenar, e que compreenderemos agora como Dispositivo de Sexualidade, percebendo-se a sexualidade como o problema político e econômico da população.

Dispositivo de sexualidade e o incremento das forças do Estado

A partir do séc. XVIII surge o dispositivo de sexualidade, este mecanismo vinculado ao biopoder, ao jogo microfísico do poder, e as ações de governamentalidade sobre a população de modo a influir sobre seus processos naturais, a fim de geri-la econômica e politicamente.

Este dispositivo se sobrepõe ao sistema existente até então de se instituir alianças e relações legítimas/ilegítimas, estabelece-se como um sistema que articula os parceiros sexuais funcionando de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder. Engendra uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle, e terá como cerne as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, por tênues ou imperceptíveis que sejam. Liga-se assim à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal, este corpo que produz e consome.

No cerne desse problema econômico e político da população: o sexo; é necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas (...) é a primeira vez em que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamentos e à organização familiar, mas à maneira como cada qual usa seu sexo. Passa-se (...) às tentativas de regulação mais finas e bem calculadas, que oscilarão, segundo os objetivos e as urgências, em direção natalista ou antinatalista. Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, no limite entre o biológico e o econômico. (FOUCAULT, 2015, p. 29)

Vê-se assim que um poder produtivo, organizado em torno da gestão da vida, muito mais do que em uma ameaça de morte, se organiza a partir da resignificação de uma série de mecanismos de poder em grande parte já existentes no séc. XVIII e se consolida nos séculos seguintes, de modo que na junção entre o corpo/indivíduo e a população/espécie o sexo torna-se um alvo central, objeto de toda uma rede de observações, análises, estudos, discursos e finas regulações.

Neste contexto biopolítico se constituiu o Estado, uma prática que entra efetivamente na reflexão das pessoas, dos que governavam, dos que aconselhavam os governantes, dos que refletiam sobre os governos e a ação dos governos. Estado que se definirá enquanto conjunto das práticas que possibilitaram a ele tornar-se um modo de governar, de agir de se relacionar com o governo. O que a

partir dos séculos XVI-XVII, por um processo complexo, lento que se constitui historicamente dará passagem a uma nova forma de se perceber as relações entre os diferentes Estados constituídos, passagem da clássica rivalidade principesca à concorrência. Não mais monarquias, dinastias que rivalizam entre si, mas Estados que concorrem.

se põe a nu uma noção absolutamente essencial e fundamental, (...) a noção de força. Não é mais a ampliação dos territórios, mas o aumento da força do Estado; não é mais a extensão das posses ou das alianças matrimoniais, [mas] o incremento das forças do Estado; não é mais a combinação das heranças por meio das alianças dinásticas, mas a composição das forças estatais em alianças políticas e provisórias. É tudo isso que vai ser a matéria-prima, o objeto e, ao mesmo tempo, o princípio de inteligibilidade da razão política (...) Esse novo estrato teórico e analítico, esse novo elemento da razão política é a força. É a força, a força dos Estados. Entramos agora numa política que vai ter por objeto principal a utilização e o cálculo das forças. (FOUCAULT, 2008, p.396)

O verdadeiro problema, o principal objetivo desta governamentalidade, do pensamento político, deixa de ser a conservação pura e simples do Estado de modo geral, passa a ser a conservação de uma certa relação de forças, sua manutenção e incrementação, desenvolve-se uma dinâmica das forças estatais que passará pelos problemas econômicos-políticos da gestão das populações. Os mecanismos de segurança e intervenção que passarão pelo Estado passam a ter por objetivo essencialmente garantir a segurança de fenômenos naturais que são processos econômicos intrínsecos à população percebidos por todas as formas de análise e estatísticas como economicamente produtivos.

No interior do campo da sexualidade, vai se mostrar todo um domínio de intervenções possíveis, até necessárias, que não terá em essência a forma da intervenção regulamentar, mas que poderão as ter, ainda que o principal seja gerir mais do que regulamentar.

os mecanismos do poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada. Saúde, progeneração, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, o poder fala *da* sexualidade e *para* a sexualidade; quanto a esta, não é marca ou símbolo, é objeto e alvo. (FOUCAULT, 2015, 160)

A sexualidade se mostra assim a partir de seu dispositivo próprio, objeto de intervenção estatal, e das microdinâmicas de poder, constituídas por um poder de efeitos positivos, que produz, em um cenário internacional de concorrência e cálculo das dinâmicas próprias das forças estatais, se enraizando, penetrando no próprio corpo dos indivíduos, gerindo assim a população-público/espécie. Nas relações internacionais, este fenômeno se evidencia em temas como os Objetivos do Milênio, o debate sobre a prostituição e a parentalidade homossexual, que são destacados no tópico a seguir.

DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Pois bem, para se perceber estes mecanismos de poder e os diferentes modos pelos quais a sexualidade será tratada enquanto problema econômico e político da população em cenários internacionais, sendo assim alvo de estudo da disciplina específica de Relações Internacionais observam-se alguns temas específicos e seu modo de tratamento nos diferentes Estados.

O primeiro caso trata-se do debate internacional que se dá em torno dos chamados Objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM), estes tratam-se de 8 (oito) recomendações visando ações específicas apresentadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) aos Estados signatários e “representam uma parceria entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, tendo em vista criar um clima, tanto a nível nacional como mundial, que conduza ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza” (Site: UNIRIC).

Deste modo os ODM se apresentam como receitas aos países ditos em desenvolvimento como tratados pela ONU, a fim de que estes atinjam o desenvolvimento social, econômico e político. Dos 8 (oito) ODM, 4 (quatro), logo metade destas metas e recomendações, estão diretamente vinculados a temas que tocam as noções vinculadas ao debate Foucaultiano acerca do dispositivo de sexualidade anteriormente exposto.

O primeiro é o **ODM nº 3**, este apresenta como cerne a promoção da igualdade entre os sexos e o empoderamento das mulheres, o órgão da ONU exemplifica então ações e programas já postos em prática por alguns países e os resultados por eles alcançados:

No México, o programa de transferência condicional de dinheiro "Oportunidades", levado a cabo nas zonas rurais, produziu um aumento das taxas de escolarização no ensino secundário de mais de 20% no caso das mulheres e 10% no caso dos rapazes. Em 2008, Ruanda elegeu uma maioria de mulheres (56%) para a câmara baixa do seu parlamento, a percentagem mais elevada de representação feminina em qualquer país. (Site: UNIRIC – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Uma Breve Síntese)

Em seguida o **ODM nº 4** propõe o comprometimento dos signatários na redução da mortalidade de crianças menores de 5 (cinco) anos, ressaltando-se assim a importância da qualidade de vida da população, da necessidade de intervenções estatais buscando a gestão da vida e sua garantia, considerando-se não apenas os nascimentos mas a necessidade de se assegurar a vida. Assim alguns dados apontam os resultados das intervenções realizadas:

A taxa de mortalidade de menores de cinco anos diminuiu 40% ou mais desde 1990 na Eritreia, Etiópia, Maláui, Moçambique e Níger. No Maláui, por exemplo, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos baixou 52% entre 1990 e 2008. Em Bangladesh, Butão, Bolívia, Eritreia, Laos e Nepal, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos diminuiu 50% ou mais, desde 1990. Na China, desde 1990, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos diminuiu de 45 mortes por 1000 nascidos vivos, para 21 por 1000 em 2008, uma redução de 53%. (Site: UNRIC – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Uma Breve Síntese)

O **ODM nº 05** tem como núcleo a melhora da saúde materna afim de se reduzir a taxa de mortalidade materna, possibilitando o acesso universal à saúde reprodutiva, interessante chamar aqui a lembrança os argumentos expostos a cerca da população enquanto espécie humana, da preocupação que acomete a sociedade biopolítica quanto a ampliação da potência humana e da sexualidade individual como responsável pelo futuro da nação. É neste sentido que os dados e a sociedade internacional acaba por buscar compreender esta dinâmica própria, definindo um direito a saúde reprodutiva.

Honduras reduziu a taxa de mortalidade materna em 40% – de 182 para 108 mortes por 100-000 nascidos-vivos, entre 1990 e 2005. No Maláui e em Ruanda, a eliminação das taxas de moderação pagas pelos usufrutuários dos serviços de planejamento familiar contribuiu para aumentos significativos da utilização desses serviços. Em Ruanda, a prevalência contraceptiva aumentou de 10%, em 2005, para 26%, em 2008. No Maláui, a prevalência contraceptiva mais do que triplicou desde 1992, tendo aumentado para 33%, em 2004. (Site: UNRIC – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Uma Breve Síntese)

Ainda, o **ODM nº 6** propõe o combater ao vírus HIV/AIDS, bem como outras doenças, buscando-se não apenas reduzir, mas deter sua propagação. Tal objetivo é a máxima busca de uma gestão da sexualidade individual, da preocupação do organismo internacional a fim de responsabilizar os países na gestão da vida de sua população, pois somente agindo sobre o corpo individualmente, conhecendo o público sobre o qual se age em detalhes será possível produzir os resultados como expostos:

Em Uganda, a taxa de prevalência do HIV entre os adultos baixou de 15%, em princípios da década de 1990, para 5,4%, em 2007. O Camboja conseguiu travar e inverter a propagação do HIV, tendo a prevalência baixado de 3%, em 1997, para 0,8%, em 2007. O número de novas infecções pelo HIV entre as crianças baixou para quase um quinto em Botsuana, tendo diminuído de 4-600, em 1999, para 890, em 2007. (Site: UNRIC – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Uma Breve Síntese)

Ressalta-se que estes objetivos não são neutros, ou casualmente estabelecidos, pois foram fixados e trabalhados internacionalmente pela ONU em todos os países que a compõem, a fim de se direcionar e atingir um desenvolvimento econômico-social dos países tendo como foco a criação de um sistema financeiro e comercial mundial aberto, como expressa o 8º ODM. Estes elementos evidenciam como a sexualidade será posta como problema econômico e político de um cenário internacional em diversas esferas. Isto ocorre em um contexto de desigualdade de gênero, compreendido aqui na binariedade masculino-feminino de um machismo estrutural que colocaria as mulheres em situação de inferioridade econômico-social internacional. Nos índices de natalidade/mortalidade infantil e materna, compreendendo-se estas crianças, suas possibilidades de vida, bem como a saúde reprodutiva mostras de força/fraqueza dos Estados. A percepção da importância de uma saúde sexual individual e coletiva, a partir do controle, redução e detenção da propagação de doenças sexualmente transmissíveis como o HIV/AIDS.

Outro tema que reforça este fenômeno é a prostituição, através das diferentes abordagens e tratativas estatais considerarão este exercício da sexualidade um problema econômico e político. Neste contexto, observa-se aqui o caso específico do Brasil, onde no se realizaram no início do século XXI uma série de estudos, teses de doutorado e levantamentos estatísticos que formaram estratégias de poder e técnicas de saber diversas acerca das práticas sexuais extraconjugais, dentre elas a prostituição.

Margareth Rago explicita como por influências médico sanitarias francesas os médicos sanitarias e a polícia brasileiros irão invadir o submundo da prostituição e investigar hábitos, gostos, doenças, e acumularão toda uma série de conhecimentos sobre a mulher pública, a prostituta, difundindo o estereótipo da puta, visão a partir da qual elas serão então situadas para fora do campo da normalidade sexual e social das cidades brasileiras.

é em nome da luta contra o ‘perigo venéreo’, em defesa da saúde da população e da preservação da espécie, que se estuda e medicaliza a sexualidade da mulher, que se aborda o problema da prostituição e se instituem os padrões de comportamento da mulher honesta e casta e da vagabunda. (RAGO, 2014, p. 118)

Procura-se mostrar como a grande maioria das prostitutas advém de camadas mais pobres da população, sendo a mulher pública dotada de traços característicos de personalidade associados à preguiça, a aversão ao trabalho, à perseguição desenfreada do prazer e a vaidade, como expõe a autora, o primado do instinto natural seria superior a qualquer miséria econômica na fundamentação médica da época quanto ao fenômeno da prostituição.

Assim a prostituição desde o final do século XIX passa a suscitar uma série de intervenções das autoridades públicas, policiais, a fim de reprimir e prevenir estas práticas extraconjugais, chegando-se a

no limite de uma prática disciplinar, que irá se modificando com o tempo, se instituir regulamentos próprios a fim de se controlar o exercício da profissão.

Neste campo é interessante dar um salto temporal, observando-se que no Brasil atual a prática da prostituição não possui previsão legal que a tipifique enquanto crime. Contudo inexistem também quaisquer forma de proteção advinda do direito direcionadas a estas mulheres, sendo que o Decreto lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro), define como crimes:

Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual: **Art. 228.** Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

Casa de prostituição: **Art. 229.** Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

Rufianismo: **Art. 230** - Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça.

No ano de 2012 existiu todo um debate acerca do projeto de Lei nº 4211/2012, que ainda tramita no Congresso Nacional, batizado como Lei Gabriela Leite, este propõe uma série de regulamentações sobre a prostituição no Brasil, definindo quem seria a profissional do sexo, com intuito de promulgar uma política pública capaz, segundo seus propositores, de reduzir os riscos enfrentados por estas mulheres no dia a dia, bem como garantir-lhes direitos de acesso e segurança constitucionalmente previstos.

Pode-se perceber novamente o vínculo entre o exercício da sexualidade individual e a economia, a constituição de uma série de saberes e pesquisas sobre a temática, um debate político que se instaura a fim de definir uma série de regulamentos e regulações que deverão, muito antes proibir a prática da prostituição em si geri-la.

Por fim, o último exemplo que será abordado, trata-se da parentalidade homossexual. Debate apresentado por Marianna Chaves, trata-se de uma reivindicação de ação afirmativas dos estados a fim de possibilitar legalmente a adoção por casais homoafetivos. Funda-se o debate em um direito a parentalidade, seja paternal ou maternal, vislumbrado como um direito personalíssimo, inalienável, indisponível, considerado sob princípios como do interesse da criança, a dignidade humana, a liberdade e a igualdade, bem como normativas internacionais como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, cita-se como se deu nos Estados Unidos parte deste debate:

Há quase uma década atrás, em outubro de 2000, a tese de um jovem psiquiatra infantil mostrou que o desenvolvimento psicológico de crianças criadas pelos pais homossexuais é semelhante à dos infantes criados por duas pessoas de sexos diferentes. É mister salientar que existem muitos estudos similares nos EUA. A Academia Americana de Pediatria já se manifestou publicamente em prol da adoção por indivíduo ou par homossexual. (CHAVES, 2011, p. 226)

Percebe-se como a partir de levantamento de dados, análises psicossociais, estudos médicos, vê-se formar todo um saber científico no país que irá permitir as instituições e as práticas estatais o posicionamento acerca da temática da adoção homossexual em diversos contextos. Constitui-se assim um cenário político onde nos Estados Unidos, a adoção conjunta é legal em quase todos os 50 estados federais, tendo inclusive aberto caminho para que a Suprema Corte legalizasse, em junho de 2015, o casamento homossexual em todo o país.

Assim, considerando-se os ODMs, a questão da prostituição e a temática da parentalidade homossexual, percebe-se que ao se estudar as temáticas próprias das Relações Internacionais por um viés Foucaultiano é possível a percepção da sexualidade não apenas enquanto um debate específico de indivíduos vinculados a debates de gênero e políticas públicas, mas antes um repensar crítico sobre a origem destas próprias políticas.

A percepção da sexualidade como estratégia de desenvolvimento das forças dos estados, problema econômico e político da população, foco da governamentalidade biopolítica de gestão da vida desafia o estudo a partir de um eixo analítico onde a sexualidade será considerada de um modo muito mais produtivo que em debates onde se busque apenas compreender os efeitos finais desta mecânica: uma repressão sexual sofrida por parte da população, a binariedade de gêneros como norma social e a desigualdade entre estes sexos constituídos.

Conclusões

Pois bem, o presente artigo enquanto uma abordagem das Relações Internacionais a partir dos conceitos propostos por Michel Foucault compreende a amplitude das teorias estadocêntricas já propostas pela disciplina. Contudo destaca um debate que se forma a partir da sexualidade enquanto dispositivo de segurança, problema econômico e político da população, alvo de intervenções em um cenário internacional de bipoder, governamentalidade e concorrência Estatal.

A partir da pesquisa bibliográfica se expos a argumentação que levará a compreensão do poder como essencialmente produtivo, para muito além da simples repressão; bem como as dimensões disciplinares do corpo e biopolíticas da espécie que permitirão a formação de um biopoder capaz de influir positivamente sobre processos naturais da população.

Este conceito de população que se afasta da ideia do povo, enquanto amontoado sem forma de súditos, para a de um grupo de indivíduos conhecidos em seus fenômenos coletivos, a partir de taxas, índices, estatísticas, seja em sua biologia própria enquanto espécie humana e características genéticas, ou enquanto público considerando-se seus desejos e opiniões.

Aos dispositivos de segurança caberá então à compreensão, a criação de saberes-poderes e a gerencia dos problemas econômicos e/ou políticos que surgem com a emergência desta população. A sexualidade ao compreender a influência disciplinar sobre o corpo individual e simultaneamente processos populacionais biopolíticos consolida-se como um dos dispositivos de maior importância.

O estudo das Relações Internacionais por um viés Foucaultiano apresenta a percepção da sexualidade como estratégia de desenvolvimento das forças dos estados, foco de ações buscando um desenvolvimento econômico e político principalmente dos países ditos subdesenvolvidos, isto se passa principalmente por seus efeitos procriadores, pelas diversas intervenções em seus processos biológicos amplos que passam pelo e ao corpo do indivíduo, mas produzirão seus resultados nesse elemento, nessa unidade múltipla constituída pela população.

Qualquer estudo que se proponha a compreender as dinâmicas próprias do poder deve compreender como eixo analítico a sexualidade de um modo muito mais profundo do que um debate acerca dos efeitos finais desta mecânica como a repressão sexual, a binariedade dos gêneros, a desigualdade entre homens e mulheres ou os direitos individuais e coletivos de um livre exercício sexual, ou a uma saúde reprodutiva.

É preciso se estudar a sexualidade como eixo transversal, base para a compreensão da governamentalidade, ponto chave no debate acerca do incremento das forças dos diferentes estados, a partir da gestão da vida, sendo o corpo alvo de múltiplas intervenções, espaço de gerencia sobre o indivíduo e a população-espécie, e por isso mesmo, será este corpo individual local de produção de múltiplas resistências.

Referências

CASTRO, Edgardo. **El vocabulario de Michel Foucault**. Acesso em setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.docfoc.com/castro-edgardo-el-vocabulario-de-michel-foucaultpdf>>

CHAVES, Marianna. **Homoafetividade e direito: proteção constitucional, uniões, casamento e parentalidade – um panorama luso-brasileiro**. Curitiba: Juruá, 2011.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Prólogo de Miguel Morey, ed. Buenos Aires: Paidós, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. 2. ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão; Revisão da tradução: Claudia Berliner. Martins Fontes: São Paulo, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Ed. 29ª - Edições Graal: Rio de Janeiro, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3. ed. - Paz e Terra: São Paulo, 2015. Do original francês: Histoire de la Sexualité I: La volonté de savoir.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações Internacionais: correntes e debates I**. Rio de Janeiro : Elsevier. 2005.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 4. ed. Paz e Terra: São Paulo, 2014.

Site: PLANALTO. **Código Penal Brasileiro**. Acesso em 14/08/17. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>

Site: UNRIC – Centro Regional de Informações das Nações Unidas. **Objetivos de desenvolvimento do Milênio (ODM)**. Acesso em 14/08/2017. Disponível em: <<https://www.unric.org/pt/objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio-actualidade>>

Site: UNRIC – **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Uma Breve Síntese**. Acesso em 14/08/2017. Disponível em: <<https://www.unric.org/html/portuguese/pdf/2010/MDGs-at-a-GlanceFINAL-pt.pdf>>